



PREFEITURA MUNICIPAL DE DEODÁPOLIS

Estado de Mato Grosso do Sul

CONTRATO N° 018/2022.

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE DEODÁPOLIS E A EMPRESA DIMAQ CAMPOTRAT MAQUINAS E EQUIPAMENTOS EIRELI

I - CONTRATANTES: "MUNICÍPIO DE DEODÁPOLIS", Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede a Avenida Francisco Alves da Silva nº 443, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.903.176/0001- 41, através da Agência Municipal de Produção, doravante denominada **CONTRATANTE** e a empresa **DIMAQ CAMPOTRAT MAQUINAS E EQUIPAMENTOS EIRELI**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, estabelecida à Rua. Trindade nº 166 Vila Progresso, na cidade de Campo Grande - MS CEP 79.050-480, inscrita no CNPJ/MF nº. 05.114.082/0001-19 e Inscrição Estadual nº 28.323.216-1, doravante denominada **CONTRATADA**.

II - REPRESENTANTES: Representa a **CONTRATANTE** o Sr. **Valdir Luiz Sartor**, Prefeito Municipal de Deodópolis, portador do RG nº. 1318154 SSP/MS, inscrito no CPF sob o nº. 312.958.780-20, brasileiro, casado, residente e domiciliado na AV Osmir de Andrade nº 80 – Bairro Centro, na cidade de Deodópolis-MS e a **CONTRATADA** o Sr. **LUIS PAULO VALTER**, brasileiro, solteiro, empresário, residente e domiciliado na cidade de Campo Grande/MS, a Rua. Vinte e Quatro de Outubro, nº. 485 bairro Vila Glória Bloco A apto 35 CEP 79.004-400 portador do RG n.º 001.392.235 SEJUSP/MS e do CPF nº. 016.830.811-88, ajustam o presente Contrato, mediante as cláusulas e condições aqui estipuladas.

III - DA AUTORIZAÇÃO DA LICITAÇÃO: O presente Contrato é celebrado em decorrência da autorização do Prefeito Municipal, exarada em despacho constante do Processo Licitatório nº 014/2022, gerado pelo Pregão Presencial nº 007/2022, que faz parte integrante e complementar deste Contrato, como se nele estivesse contido.

IV - FUNDAMENTO LEGAL: O presente Contrato é regido pelas cláusulas e condições nele contidas, com o disposto na Lei nº 10.520, de 17/07/2002, e alterações posteriores, Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei 147/2014, subsidiariamente, na Lei nº 8.666/93, de 21/06/1993, e alterações posteriores.

V - FORMA DE FORNECIMENTO: indireta, parcela única.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

Contrato para o **Fornecimento de 01 Retroescavadeira para atender as necessidades da Agência Municipal de Produção do município, com recursos do Convênio Mapa - Plataforma + Brasil nº 922197/2021 e contrapartida do município**, em conformidade com o item, especificações, quantia, marca/fabricante, ano/modelo e valor da Proposta de Preços final, conforme abaixo.

Item	Discriminação da Retroescavadeira	Ano/Modelo	Marca/Fabr.	Valor R\$
01	01 RETROESCAVADEIRA NOVA, DE FABRICAÇÃO NACIONAL, TRACÇÃO 4X4, EQUIPADA COM MOTOR DIESEL COM NO MÍNIMO 4 CILINDROS, TURBO ALIMENTADO, COM NO MÍNIMO 85 HP, CABINE FECHADA COM AR CONDICIONADO TIPO ROPS/FOPS, BANCO DO OPERADOR			421.000,00

	COM SUSPENSÃO AJUSTÁVEL, EQUIPADO COM CINTO DE SEGURANÇA, CAÇAMBA DIANTEIRA DE NO MÍNIMO 0,81 M3, CAÇAMBA TRASEIRA DE NO MÍNIMO 0,20 M3, PNEUS DIANTEIROS DE NO MÍNIMO 12,5X16, PNEUS TRASEIROS DE NO MÍNIMO 19,5X24, PESO OPERACIONAL DE NO MÍNIMO 6.800 KG, GARANTIA DE NO MÍNIMO 12 MESES SEM LIMITE DE HORAS.			
--	---	--	--	--

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR:

Fica fixado o valor do presente Contrato para o fornecimento em **R\$ 421.0000,00 (quatrocentos e vinte e um mil).**

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO:

O pagamento, decorrente do objeto da licitação, será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega da retroescavadeira, com a apresentação da respectiva documentação fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", combinado com o art. 73, inciso II, alínea "b", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

3.1. Havendo erro na Fatura/Nota Fiscal/Recibo, ou outra circunstância que desaprove a liquidação, o pagamento será susgado, até que a adjudicatória tome as medidas saneadoras necessárias.

3.2. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

3.2. É condição para o pagamento do valor constante da Nota Fiscal/Fatura, a prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e com a Previdência Social, que se dará por meio de Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), da Certidão de Tributos Federais e Trabalhistas, A(s) empresa(s) que possuir (em) Certidão (ões) Positiva(s) com Efeito Negativa (s) e que tiverem seus débitos parcelados deverá (ao) apresentar junto com a Certidão (ões) as Guias de Recolhimentos, devidamente quitada. (com a autenticação mecânica do pagamento).

CLÁUSULA QUARTA - DA ENTREGA:

A entrega da retroescavadeira deverá ocorrer em até 120 (cento e vinte) dias após, após emissão da AF, sendo entregue na Av. Francisco Alves da Silva - 443, centro de Deodápolis - MS.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA:

A vigência desse contrato será de 06 (seis) meses, contados da assinatura deste instrumento. até o dia 20 de Agosto de 2022, podendo ser prorrogado, desde que haja interesse das partes.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

Sem prejuízo das demais disposições deste Contrato e dos termos do Processo de Pregão nº 007/2022, constituem obrigações da CONTRATADA:

6.1. Entregar a retroescavadeira nas condições, no preço e no prazo estipulados na proposta final, não podendo este ser superior ao limite estabelecido na Cláusula Segunda deste Contrato;

6.2. Fazer a entrega da retroescavadeira na sede do município de Deodópolis-MS, de forma a não ser danificada durante as operações de transporte e descarga, sendo todas as despesas com frete e descarga por conta da contratada;

6.3. A retroescavadeira deverá se adequar as seguintes disposições:

- * Deverá ser entregue exatamente como foi licitada (especificações, marca, modelo, potencia, capacidade, equipamentos, peso, acessórios, ano, garantia,);
- * Deverá ser nova zero,
- * Deverá ter garantia de no mínimo 12 (doze) meses;
- * Deverá atender todas as especificações dos Anexos - I e II, caso ocorra, o que não estiver dentro da conformidade, será desprezada;

6.4. A Contratada comprometer-se-á a dar total garantia quanto às revisões da retroescavadeira, que deverá estar dentro das recomendações do fabricante.

6.5. Relativamente ao disposto no presente tópico aplicam-se, subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei nº 8.078 de 11/09/90 – Código de Defesa do Consumidor.

6.6. O ato de recebimento do item licitado, não importa em sua aceitação. A critério do(a) Secretário(a) da Pasta, a retroescavadeira será submetida à verificação por servidor competente. Cabe ao fornecedor a troca, dentro de 60 (sessenta) dias, a retroescavadeira, que vier a ser recusadas por não se enquadrarem nas especificações estipuladas ou apresentar defeitos de fabricação ou danos em geral, identificado no ato da entrega ou no período de verificação.

6.7. Manter todas as condições de Habilitação e Qualificação exigidas no Pregão nº 007/2022, durante a execução do Contrato.

6.8. Aceitar os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias até 25% (vinte e cinco) por cento do valor total do contrato atualizado conforme disposto no art. 65, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SETIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

Sem prejuízo das demais disposições deste Contrato e dos termos do Processo de Pregão Presencial nº 007/2022 constituem obrigações do Município:

7.1. Efetuar o Pagamento no Valor estipulado na Cláusula Segunda;

7.2. Exigir o cumprimento rigoroso de todas as cláusulas e condições estabelecidas no presente contrato;

7.3. Fiscalizar e conferir na entrega da retroescavadeira, verificando as especificações, marca/fabricante, acessórios, garantias e demais itens da retroescavadeira, através do fiscal de contrato, se os mesmos estão condizentes com a Proposta de Preço vencedora;

7.4. Fornecer, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, quando solicitada, informações formais à CONTRATADA, tendo em vista orientá-la sobre quaisquer dúvidas surgidas durante a execução do presente contrato. Proporcionando à Contratada as facilidades necessárias a fim de que possa desempenhar normalmente o Contrato

CLÁUSULA OITAVA - CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA:

O presente contrato não poderá ser cedido ou transferido a terceiros, total ou parcialmente.

CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES ACESSÓRIAS:

Além das disposições presentes neste instrumento contratual, fica dele fazendo parte integrante, a Proposta apresentada pela CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO REAJUSTE DO CONTRATO:

Fica afastada qualquer hipótese de reajuste do valor estabelecido na Cláusula Segunda deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO CONTRATUAL:

A rescisão contratual pode ser operada:

11.1. Por ato unilateral e formal do Município, conforme os casos enumerados nos incisos I à XII e XVII à XVIII do art. 78 da Lei nº 8.666/93;

11.2. Por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, devendo a parte interessada em rescindir o presente contrato, manifestar seu interesse por escrito, com 30 (trinta) dias de antecedência;

11.3. A inexecução total ou parcial deste contrato, além de ocasionar a aplicação das penalidades previstas na cláusula seguinte, ensejará também a sua rescisão, desde que ocorram quaisquer motivos enumerados no art. 78, e acarretará também as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES:

O descumprimento das condições estabelecidas neste instrumento sujeitará a CONTRATADA às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002 e legislação complementar.

12.1. A CONTRATADA, em conformidade com o Art. 7º da Lei nº 10.520/2002, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e será descredenciada no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV, do Art. 4º da referida Lei, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Contrato e nas demais cominações legais asseguradas o direito à prévia e ampla defesa, se:

12.1.1. Recusar-se, injustificadamente, a celebrar este Contrato, se convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.2. Deixar de entregar ou apresentar documentação falsa;

12.1.3. Ensejar o retardamento na execução do objeto deste Contrato;

12.1.4. Não mantiver a proposta, injustificadamente;

12.1.5. Falhar ou fraudar na execução do objeto deste Contrato.

12.1.6. Comportar-se de modo inidôneo;

12.1.7. Cometer fraude fiscal.

12.2. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, bem como pelo descumprimento de normas de legislação de segurança, de saúde, trabalhista, fiscal, previdenciária, comercial e demais pertinente à execução do objeto contratual, o Município poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666 de 21/06/93, sendo que em caso de multa, esta corresponderá à 10% (dez por cento) do valor contratado;

12.2.1. As eventuais multas aplicadas não eximem a CONTRATADA da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a rescisão do contrato;

12.2.2. Pela rescisão do contrato pela CONTRATADA, sem justo motivo, será aplicado a esta multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor contratado;

12.2.3. A CONTRATADA terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da sua notificação, para recorrer das penas aplicadas nesta Cláusula. Decorrido este prazo, a penalidade passa a ser considerada como aceita na forma como foi apresentada;

12.2.4. Os valores apurados a título de multa serão retidos quando da realização do pagamento à CONTRATADA. Se estes forem insuficientes, poderão ser cobrados administrativa ou judicialmente após a notificação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas resultantes desta licitação correrão através da dotação orçamentária: 02 - Executivo, 02.09 - Agencia Municipal de Produção, 04.122.0002 - Administração Geral, 1.109 - Agência Municipal de Produção. 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Materiais Permanentes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

Será responsável por fiscalizar a execução do presente contrato, o Sr. Edmar Aparecido Ramos nomeado pela Portaria: 193/2020 de 24 de agosto de 2020.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO CONTRATUAL:

As partes elegem o Foro da Comarca do Município de Deodápolis - MS, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem certas e ajustadas, as partes assinam este TERMO DE CONTRATO, em 02 (duas) vias de igual teor, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Deodápolis - MS, 21 de fevereiro de 2022.

VALDIR LUIZ SARTOR
Prefeito Municipal - Contratante

LUIS PAULO VALTER
Contratada

Testemunhas:

ANDREA PIRES DA CRUZ
CPF: 007.426.771-09

JEAN MARTINS SOBRAL
CPF: 037.988.811-46